

NEGACIONISMO CLIMÁTICO E POLÍTICA EXTERNA: COMPARANDO OS CASOS DE BRASIL, ESTADOS UNIDOS E REINO UNIDO

Maria Isabel Santos Lima

Desde o início da Guerra Fria (1947-1991), as mudanças climáticas têm ganhado um espaço cada vez maior no debate internacional devido aos seus potenciais riscos à manutenção da vida humana no planeta. No entanto, apenas no final dos anos 1970 a temática foi inserida nas discussões de política externa graças à realização de diversos eventos internacionais que se concentravam em temas conectados diretamente às mudanças climáticas. Ao mesmo tempo em que o tema ganhava essa notoriedade, surgia também um movimento negacionista coordenado por setores conectados ao combustível fóssil e com a participação de cientistas e representantes de movimentos conservadores que visavam conter medidas de mitigação que impactassem economicamente essas indústrias. Com o passar do tempo, as mudanças climáticas se tornaram uma preocupação pública devido, principalmente, ao aumento de eventos extremos, atribuindo ao mesmo um caráter de urgência. Ainda assim, isso não foi o suficiente para estagnar os discursos negacionistas, que ganharam um espaço ainda maior na sociedade através do uso de ferramentas tecnológicas, que facilitaram a disseminação de informações e notícias falsas. Com a crise democrática mais recente, e a consequente ascensão de governos conservadores em diversos países, esses discursos de negação passaram a ser incorporados aos discursos oficiais de alguns governos desse caráter. Portanto, o presente projeto visa a analisar a formulação de política externa através de mecanismos institucionais e paradiplomáticos na temática das mudanças climáticas, buscando entender o papel de atores como o parlamento e os governos subnacionais. Focaremos em três governos que adotam posicionamentos negacionistas – Jair Bolsonaro (2019-) no Brasil, Boris Johnson (2019-) no Reino Unido e Donald Trump (2017-2021) nos Estados Unidos – a fim de entender se existe e como se daria a atuação de entidades subnacionais e de atores não estatais nessa agenda ao longo desses governos. Para tal, serão utilizadas fontes como documentos e discursos oficiais e reportagens, além da realização de entrevistas semiestruturadas com informantes-chave. A hipótese que se pretende comprovar é a de que, no contexto dos casos estudados, apesar da ação negativa dos governos no âmbito nacional, as instituições e os mecanismos paradiplomáticos continuaram atuando ativamente nessa agenda internacional com o objetivo de mitigar a política de obstrução (do inglês, *politics of obstruction*) na esfera nacional ou federal.